



# MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

20ª edição: Revista, atualizada e ampliada

**DAVI ANDRÉ COSTA SILVA**



“

Nesta obra, abordaremos os principais aspectos das Medidas Cautelares Pessoais, passando pelas **prisões provisórias, liberdade provisória e medidas cautelares diversas da prisão**. Assim como em outros assuntos, a constante **atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial** se mostra fundamental.

## Sumário

<b>Capítulo I - Disposições Gerais</b> .....	05
1. Explicação terminológica constitucional .....	05
2. Fundamento constitucional .....	05
3. Conceito .....	05
4. Outras hipóteses de restrição da liberdade .....	05
5. Espécies de prisão .....	05
6. Prisão por mandado .....	06
<b>Capítulo II - Prisão em Flagrante</b> .....	11
<b>Seção I - Disposições gerais</b> .....	11
1. Fundamento constitucional e legal .....	11
2. Etimologia do vocábulo “flagrante” .....	11
3. Fases do flagrante e seus legitimados .....	11
<b>Seção II - Fases da Captura e Condução</b> .....	11
1. Situações de flagrância .....	11
1.1 Diferença entre “logo após” e “logo depois” .....	12
1.2 Ausência de estado flagrancial – enquadramento típico .....	12
2. Sujeitos do flagrante .....	12
3. Situações que impedem a atuação e a custódia .....	13
4. A prisão em flagrante em infrações penais diversas .....	14
5. Espécies de flagrante (classificação esquematizada) .....	14
5.1 Quanto ao sujeito ativo .....	14
5.2 Quanto à situação de flagrância .....	15
5.3 Quanto à certeza da ocorrência do crime e o momento da atuação da polícia .....	15
5.4 Flagrantes ilegais .....	15
5.5 Outras classificações .....	16
<b>Seção III - Fase da Atuação</b> .....	17
1. Escrituração do flagrante .....	17
2. Formalidades legais .....	17
3. Abuso de autoridade .....	17
<b>Seção IV - Fase da Custódia (judicialização do flagrante)</b> .....	18
1. Audiência de custódia .....	18
1.1 Previsão em tratados de direitos humanos .....	18
1.2 “Case” determinante .....	18
1.3 Regulamentação .....	18
1.4 Finalidade .....	19
2. Regramento da judicialização do flagrante .....	19
2.1 Pelo Código de Processo Penal .....	19
2.1.1 Flagrante ilegal .....	19
2.1.2 Flagrante legal .....	19
2.2 Pela Resolução 213 do Conselho Nacional de Justiça .....	19
3. Conversão do flagrante em preventiva .....	20
3.1 Vedação à liberdade provisórias .....	20
3.2 Circunstâncias que recomendam a conversão do flagrante em preventiva .....	20
3.2.1 Rol exemplificativo .....	20
3.3 Critérios de periculosidade .....	20
4. O juiz pode converter o flagrante em preventiva de ofício? .....	20
5. Abuso de autoridade .....	21
6. Natureza do flagrante .....	21
7. Mecanismos de impugnação .....	21
8. Coleta de perfil genético .....	21
<b>Capítulo III - Liberdade Provisória</b> .....	22
1. Fundamento constitucional e legal .....	22
2. Localização do tema .....	22
3. Conceito .....	22
4. Diferença entre relaxamento da prisão e liberdade provisória .....	22
5. Espécies de liberdade provisória .....	22
5.1 Sem fiança .....	22

5.2 Com fiança.....	22
6. Cabimento da liberdade provisória .....	23
7. Vedações legais .....	23
<b>Capítulo IV - Prisão Preventiva .....</b>	<b>25</b>
1. Fundamento constitucional e legal.....	25
2. Evolução do tema .....	25
3. Natureza excepcional e caráter subsidiário – medida de <i>ultima ratio</i> .....	26
4. Requisitos .....	26
4.1 Requisitos Cautelares .....	26
4.2 Legais.....	26
4.2.1 Pressupostos (art. 312, in fine, CPP) .....	26
4.2.2 Condições (hipóteses) de admissibilidade (art. 313, I-III, §1º, CPP) .....	26
4.2.3 Fundamentos (art. 312, 1ª parte, CPP) .....	27
4.2.3.1 Critério de aferição da periculosidade (art. 312, §3º, CPP) .....	27
5. Descabimento.....	27
6. Momento e legitimados .....	27
7. Prisão preventiva domiciliar .....	28
8. Decisão motivada e fundamentada .....	28
9. Mecanismos de impugnação .....	28
<b>Capítulo V - Prisão Temporária .....</b>	<b>29</b>
1. Fundamento constitucional e legal.....	29
2. A questão da constitucionalidade da prisão temporária .....	29
2.1 Da [in]constitucionalidade formal da prisão temporária .....	29
2.2 Da [in]constitucionalidade material da prisão temporária .....	29
3. Hipóteses de cabimento .....	30
3.1 Interpretação do STF acerca dos requisitos da prisão temporária .....	30
3.2 Rol de crimes que admite a prisão temporária .....	30
3.3 Prisão preventiva - distinção .....	30
4. Momento e legitimados .....	30
5. Decisão fundamentada.....	31
6. Possibilidades do juiz .....	31
7. Prisão por mandado e observância de direitos constitucionais .....	31
8. Prazo (duração) da prisão temporária .....	31
9. Local de custódia dos presos temporários .....	32
10. Abuso de Autoridade.....	32
11. Mecanismos de impugnação .....	32
<b>Capítulo VI - Medidas Cautelares Diversas da Prisão .....</b>	<b>33</b>
1. Contexto da Lei 12.403/11 .....	33
2. Rol das Medidas Cautelares Diversas da Prisão.....	33
2.1 Comparecimento em juízo .....	33
2.2 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares .....	33
2.3 Proibição de contato com pessoa determinada .....	33
2.4 Proibição de ausentar-se da Comarca .....	34
2.5 Recolhimento domiciliar .....	34
2.6 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira .....	34
2.7 Internação provisória .....	34
2.8 Fiança .....	34
2.9 Monitoramento eletrônico.....	34
2.10 Proibição de sair do País.....	34
3. Critérios de aplicação das MCDP .....	35
4. Inaplicabilidade das MCDP por incompatibilidade .....	36
5. A questão do cabimento de detração penal das MCDP .....	36
<b>Obras consultadas e/ou citadas .....</b>	<b>37</b>